

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ações de Setembro/2016

OSB - PALMAS

PALMAS - TO
OUTUBRO/2016

© 2016. OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL: PALMAS

Qualquer parte deste documento poderá ser reproduzida, desde que citada à fonte. Este documento foi elaborado por uma equipe, cujos nomes encontram-se relacionados na folha de créditos.

104 Norte, Rua NE com Av. NS 02, Lote 02, Sala 02, 1º Pavimento,
Anexo I da FECOMÉRCIO, Plano Diretor Norte,
77001-22 – Palmas – TO
e-mail: palmas-to@osbrasil.org.br
observatoriosocialpalmas@gmail.com
Telefone: (063) 3014-5763

DIRETORIA DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL: PALMAS

Ana Isabel Friedlander

Presidente do OSB - Palmas

Ênio Gentil Vieira

Diretor Administrativo

Maria Eunice Costa Rodrigues

Diretora de Produtos e Metodologia

Maria do Socorro Erculano de Lima

Diretora de Controle Social

Sundar Singh Borges de Jesus

Diretor Institucional e de Alianças

Conselho Fiscal

Aurivan de Castro

Conselheiro Fiscal Titular

Kátia Maria Coelho dos Santos

Conselheiro Fiscal Titular

Leonel dos Santos Vaz

Conselheiro Fiscal Titular

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	5
2. Ações e Resultados Alcançados.....	6
2.1. Reuniões Realizadas / Participação em Reuniões.....	6
2.2. Campanhas Institucionais para Divulgação.....	7
2.2.1. Campanha “Você Sabia?.....	7
2.2.2 Campanha “Voto Consciente” – Rede OS Brasil.....	8
2.2.3. Campanha “Vamos Colocar na Agenda?”.....	8
3. Diretoria Institucional e de Alianças.....	8
3.1. Apresentações sobre o OSB – Palmas.....	8
Anexo I - Mídias Espontâneas.....	10
Anexo II - Ofícios Recebidos.....	20
Anexo III – Imagens.....	24
Anexo IV – Documentos.....	28

1. Apresentação

O Observatório Social de Palmas dando seguimento em suas ações, realizou no mês de setembro ações de cunho administrativo, assim como, aplicou a campanha “Voto Consciente” de indicação da Rede OSB.

A Campanha “Voto Consciente” além de disponibilizar material de comunicação com banners, botons, outdoors e outros, além do lançamento do Termo de Compromisso com a Transparência apresentado aos candidatos à Prefeito e Vereadores da cidade de Palmas-TO, onde registrou-se a adesão de 1 (um) candidato à Prefeito e 14 (catorze) candidatos à Vereador na assinatura dos Termos.

A Diretoria Institucional mantendo a sua política de aproximação com a sociedade civil e organizada realizou a sua Reunião Mensal para novos voluntários e também palestrou no I Seminário Político de Enfermagem.

As Diretorias de Controle Social e Institucional realizaram também neste mês de Setembro, a “1ª BLITZ DO O.S.P.” na Av. JK, levando à população material impresso de conscientização sobre Controle Social e também explicativo sobre as ações e funcionamento do Observatório.

O OSB Palmas seguindo o seu Planejamento Estratégico realizou a sua Prestação de Contas no Auditório do SEBRAE, onde contou com a presença estimada em mais de 100 pessoas, evento este que, foi apresentado à sociedade o Relatório sobre a Produção Legislativa da Câmara de Palmas-TO e Relatório sobre a Transparência na Escala Médica nos Postos de Saúde do Município. No mesmo evento foi realizada apresentação do Coral SESC, da Trupe da Cultura da SEDUC/TO com teatro sobre Controle Social, além da palestra magna do Sr. Ney da Nóbrega Ribas – Presidente Nacional do Observatório Social do Brasil.

Objetivando ainda o fortalecimento de suas parcerias, o Observatório Social de Palmas, representado por sua presidente, Diretoria Institucional e Diretoria Controle Social, realizou reunião na FIETO (Federação das Indústrias do Estado do Tocantins), com a Baobá – Soluções Sustentáveis visando futura parceria entre as instituições.

Registramos que esse trabalho, e toda a relevância social que o Observatório vem desenvolvendo em Palmas só é possível pelo empenho de nossos voluntários, os nossos apoiadores e a importante e indispensável participação dos nossos mantenedores, aos quais agradecemos.

2. Ações e Resultados Alcançados

2.1. Reuniões Realizadas / Participação em Reuniões

Nº	DESCRIÇÃO	DATA	PARTICIPANTES
01	BLITZ – Av. JK	03/09/2016	09
02	Divulgação do Relatório: Projetos de Lei e suas Relevâncias	08/09/2016	05
03	Prestação de Contas	14/09/2016	110
04	Assinatura do Termo de Compromisso com a Transparência na Gestão Pública	14/09/2016 à 30/09/2016	01 candidato à Prefeito; 14 candidatos à vereador.
05	Reunião Ordinária	16/09/2016	04
06	Reunião Extraordinária com Adv. Rogério Freitas	20/09/2016	06
07	Reunião com o Inst. Baobá	30/09/2016	08
08	Participação do Seminário Político de Enfermagem	23/09/2016	04

2.2. Campanhas Institucionais para Divulgação

2.2.1. Campanha “Você Sabia?”.

DATA INFORMATIVO	ALCANCE PESSOAS	CURTIDAS	COMPARTILHAMENTOS
05/09/2016	199	7	2

2.2.2 Campanha “Voto Consciente” – Rede OS Brasil

DATA INFORMATIVO	ALCANCE PESSOAS	CURTIDAS	COMPARTILHAMENTOS
29/09/2016	173	5	1

2.2.3. Campanha “Vamos Colocar na Agenda?”

DATA INFORMATIVO	ALCANCE PESSOAS	CURTIDAS	COMPARTILHAMENTOS
29/08/2016	484	6	2

3. Diretoria Institucional e de Alianças

3.1. Apresentações sobre o OSB – Palmas

Nº	LOCAL DA APRESENTAÇÃO	DATA	Nº PARTICIP	RESPONSÁVEL
1	OSB – Palmas – Apresentação para Novos Voluntários e Parceiros	02/09/2016	02	Sundar Singh

Anexos

Anexo I

Mídias Espontâneas

Observatório divulga análise dos projetos de lei aprovados na Câmara de Palmas apenas 15,5% contribuem para melhorar a vida da população.

Site: **Conexão TO**

Data: 01/09/2016

Link: <http://conexaoto.com.br/2016/09/01/observatorio-divulga-analise-dos-projetos-de-lei-aprovados-na-camara-de-palmas-apenas-15-5-contribuem-para-melhorar-a-vida-da-populacao>



POLÍTICA 01/09/2016 17h16 Redação

Observatório divulga análise dos projetos de lei aprovados na Câmara de Palmas; apenas 15,5% contribuem para melhorar a vida da população

O Observatório Social de Palmas realizou análise dos projetos de lei aprovados na Câmara Municipal de Palmas no período de janeiro de 2013 a junho de 2016, com o objetivo de avaliar a quantidade e a finalidade dos Projetos de Lei aprovados, conforme anexo no link abaixo.

Desta feita, no período de estudo a Casa Legislativa da capital aprovou 181 Projetos de Lei, sendo que a grande maioria (84,5%) se refere a projetos para declarações de utilidade pública conferidas a entidades diversas (39,8%), concessão de títulos de cidadão palmense (29,8%), criação de datas comemorativas (7,2%) e denominações de espaços públicos diversos (7,7%), tais como nomes de praça, feira, parque, quadra poliesportiva, academia, unidade de saúde, etc. Entre os demais projetos, incluídos na categoria outros (nome conferido pelo observatório, conforme explicação no relatório), estão aqueles projetos de lei com algum potencial de contribuir para melhorar a vida da população, representando apenas 15,5% do total. (ver gráficos no anexo)



Em seguida, foi realizada uma nova análise desses 181 projetos classificados como de "Alguns Relevância" e "Irrelevantes". Da análise foi verificado que 153 projetos se enquadrariam como Irrelevantes, ou seja, 84,5% da produção legislativa da Casa de Leis da capital.

O estudo do Observatório Social oferece um parâmetro para o cidadão refletir se a atuação dos vereadores da capital é satisfatória ou não, uma vez que a Câmara de Palmas tem um orçamento anual de R\$ 30 milhões e é a segunda mais cara do Brasil segundo levantamentos.

Arquivos Anexos

- Relatório sobre avaliação dos Projetos de Lei aprovados pela Câmara Municipal de Palmas.pdf

Por: Redação

Tags: Câmara de Palmas, Observatório Social de Palmas

BG TO - A maioria dos projetos aprovados pelos vereadores de Palmas não é em prol da população.



Site: **TV Record**

Data: 12/09/2016

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=124jN3CboW4>

BG TO - A MAIORIA DOS PROJETOS APROVADOS PELOS VEREADORES DE PALMAS NÃO É EM PROL DA POPULAÇÃO.

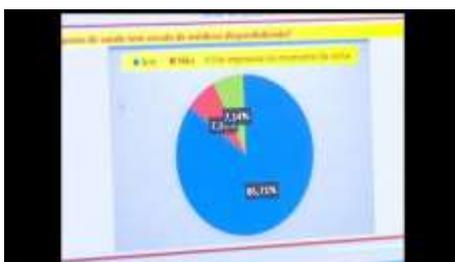
103 visualizações

Categoria Notícias e política
Licença Licença padrão do YouTube



Record Tocantins
3.137 inscritos

 Inscrever-se



BG TO - Escalas médicas não estão sendo divulgadas em todas as Unidades de Saúde de Palmas.

Site: **TV Record**

Data: 12/09/2016

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=G5GvJO-qSn4>

BG TO - ESCALAS MÉDICAS NÃO ESTÃO SENDO DIVULGADAS EM TODAS UNIDADES DE SAÚDE DE PALMAS

61 visualizações

Categoria Notícias e política
Licença Licença padrão do YouTube



Record Tocantins
3.137 inscritos

 Inscrever-se

Presidente nacional do Observatório Social fala sobre fiscalização de recursos públicos.

Site: **G1 Goiás / TV Anhanguera**

Data: 14/09/2016

Link: <http://g1.globo.com/goias/bom-dia-go/videos/v/presidente-nacional-do-observatorio-social-fala-sobre-fiscalizacao-de-recursos-publicos/5304766/>



globo.com g1 globoesporte gshow famosos & etc videos ASSINE JÁ CENTRAL E-MAIL ENTRAR

Seja independente! Saiba mais Romane!

BOM DIA GO Presidente nacional do Observatório Social fala sobre fiscalização de recursos públicos

MAIS INFORMAÇÕES [Twitter](#) [G+](#) [+](#) [Curtir](#) [0](#)

00:59 11:45

Site: **G1 / Jornal Nacional**

Data: 16/09/2016

Link: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/09/camaras-municipais-custam-caro-e-nem-sempre-funcionam-bem.html>

Câmaras municipais custam caro e nem sempre funcionam bem

Em Palmas, Câmara de Vereadores ficou 173 dias sem quórum. Orçamento das Câmaras chegou a quase R\$ 15 bilhões em 2015.

Edição do dia 16/09/2016

16/09/2016 21h28 - Atualizado em 16/09/2016 21h28



Câmaras municipais custam caro e nem sempre funcionam bem

Em Palmas, Câmara de Vereadores ficou 173 dias sem quórum. Orçamento das Câmaras chegou a quase R\$ 15 bilhões em 2015.

16/09/2016 21h28 - Atualizado em 16/09/2016 21h28



trabalhar, mas não havia quórum

Daqui a duas semanas, os eleitores vão escolher, além de prefeitos, os vereadores de 5.568 municípios. São os políticos mais próximos do dia a dia dos cidadãos.

É cedo! O povo, em Palmas, capital do Tocantins, já está a caminho do trabalho. Menos na Câmara do município.

“São 9h12. Nenhum vereador”, diz Ana Izabel Friedlander, do Observatório Social.

Um pequeno grupo de vereadores apareceu para abrir a sessão.

“E eu venho acompanhando essas sessões desde o dia 3 de março quando ela foi

bloqueada, e está fechada. Toda vez é assim”, diz o líder comunitário Evandro Pereira da Silva.

O motivo é uma briga entre oposição e a situação para comandar as comissões da Câmara. Um grupo que fiscaliza o trabalho dos vereadores reclama.

“Porque quem perde com isso é o cidadão, que é uma casa de leis que tem que legislar, tem que fazer a fiscalização do Executivo, tem que discutir projetos para a sociedade”, critica Aline Rigoni, do Observatório Social.

A Câmara ficou 173 dias sem quórum. Quase meio ano. Só voltou a funcionar no dia 23 de agosto, e não é o único problema.

A Câmara de Palmas tem 566 funcionários. Às 11h30, horário de expediente, o repórter contou 110 funcionários trabalhando.

O diretor da Câmara diz que os funcionários ausentes trabalham para os vereadores fora da Câmara. Dentro, seria complicado.

“E caberiam os 566 aqui neste prédio? Talvez não caberia, mesmo porque eles já sabem que não viriam todos aqui ao mesmo tempo, dada a necessidade e a

finalidade para a qual eles foram contratados”, explica o diretor-geral da Câmara, Aurélio Lopes Brito.

“Então você tem muitos cargos políticos, que servem apenas a interesses do vereador, do prefeito, e não o funcionário de carreira que está ali implementado em fazer a política pública da melhor forma possível, voltada para o interesse público, para o interesse do cidadão”, explica Manoel Galdino, diretor da Transparência Brasil.

As Câmaras de Vereadores têm direito a até 7% do orçamento dos municípios. Em 2015, isso deu quase R\$ 15 bilhões. O salário pode chegar a 75% do que ganham os deputados estaduais. No máximo, R\$ 21 mil. O resto, cada Câmara gasta de um jeito.

Em São Paulo, os vereadores recebem R\$ 260 mil por ano para gastos como correio, material de escritório, e podem contratar 17 auxiliares. Em Teresina, o número de assessores sobe para 25. No Rio De Janeiro, podem comprar quatro mil selos por mês. Em Recife, podem gastar R\$ 2.300 por mês para abastecer até seis carros por gabinete.

Apesar de custarem muito e nem sempre funcionarem como deveriam, as Câmaras têm a missão de melhorar a vida nas cidades. Os vereadores são os políticos mais próximos do eleitor, aquele que o eleitor deveria procurar para resolver os problemas de sua rua, seu bairro.

Raphael e Gustavo descobriram como fazer a Câmara aprovar leis que beneficiam o cidadão. Foi depois de uma tragédia em uma esquina do Rio de Janeiro, onde um amigo deles morreu atropelado por um ônibus há três anos

“Eu sempre achava que alguém ia fazer para mim. Quando o nosso amigo morreu, o Pedro, eu falei ‘basta, vou tentar fazer a minha parte aqui para ajudar’”, conta o empresário e hoteleiro Raphael Pazos.

Eles montaram um grupo para pressionar parlamentares a aumentar a segurança dos ciclistas. Conseguiram aprovar duas leis municipais e uma estadual.

“Ficamos até surpresos, porque, quando o pedido é da sociedade civil, nós notamos que os políticos de diversos partidos se unem em prol disso”, afirma Pazos..

No Rio de Janeiro, em Palmas, em muitas cidades eleitores descobriram que para fazer os políticos trabalharem não basta escolher bem.

“Político que vai ser eleito este ano, as eleições deste ano, vai ser uma eleição totalmente diferente, e o eleitor está de olho. De olho bem aberto. Se cuidem”, alerta a comerciante Maria da Conceição de Lima Tavares.

Site: **Gazeta do Cerrado**

Data: 30/09/2016

Link: <http://www.gazetadocerrado.com.br/2016/09/30/observatorio-social-divulga-baixa-adesao-dos-candidatos-de-palmas-ao-termo-de-compromisso-com-a-transparencia/>

Observatório Social divulga baixa adesão dos candidatos de Palmas ao Termo de Compromisso com a Transparência

Por [Dandara](#) - 30/09/2016

No dia 14 de outubro de 2016, o Observatório Social de Palmas lançou o Termo de Compromisso com a Transparência na Gestão Pública, para os candidatos a prefeito e vereadores. De acordo com o Observatório Social o prazo máximo para assinatura do termo encerra nesta sexta-feira, 30.

O objetivo do Termo é garantir transparência, prevenção de irregularidades e do desperdício de recursos públicos, e colaborar com a eficiência do gasto público e dos serviços prestados à população.

Em entrevista ao Portal Gazeta do cerrado, o Diretor de Relações Institucionais do Observatório, Sundar Singh lamentou o que tem ocorrido na Capital. De acordo com ele apenas um candidato a prefeito, Sargento Aragão e 14 candidatos a vereadores assinaram o Termo de Compromisso, até o momento.

Conforme frisou, o Observatório Social é uma iniciativa em âmbito nacional, pois a rede está presente em mais de 96 cidades, de 18 estados da federação, no qual diversos candidatos tem aderido ao Termo, o que não ocorreu em Palmas, uma vez que atualmente existem cinco candidatos que concorrem ao Paço e 373 que disputam as eleições para a função de vereador.

“Existe a Lei de Acesso a informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal, a população precisa saber disso para ter o acesso e controle social, e colaborar com o trabalho que temos desenvolvido. Vamos cobrar para que eles cumpram o que foi determinado,” disse.

Observatório Social

Os Observatórios Sociais (OS) são organizados em rede, coordenada pelo Observatório Social do Brasil (OSB), que assegura a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS, além de estabelecer as parcerias estaduais e nacionais para o melhor desempenho das ações locais.

Anexo II

Ofícios Recebidos

Ofício nº 2476/2016, de 1º de Setembro de 2016, da SEMUS, em resposta ao Relatório de Escalas Médicas das Unidades de Saúde.


PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria de Saúde
Avenida Teotônio Segurado, Quadra 1302 Sul, Lote 06, Conjunto 01
Palmas-TO - CEP: 77.004-350
Telefone: (63) 3216-5332 E-mail: assessoria.saude.palmas@gmail.com

Ofício nº ~~2576~~ /2016/SEMUS/GAB/DASS.

Palmas, 1º de setembro de 2016.

A Sua Senhoria a Senhora
ANA ISABEL FRIEDLANDER
Presidente
Observatório Social de Palmas-TO
Anexo I Facomércio – 104 Norte, Rua NE nº Av. NS2, Lote 2, Sala 2, Plano Diretor Norte
Palmas-TO

Assunto: Resposta ao Ofício OSB-Palmas/TO Nº 035/2016

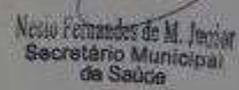
Senhora Presidente,

Em resposta ao Ofício em epígrafe, informamos que todas as unidades de saúde foram orientadas a divulgar as escalas dos médicos.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


WHISLLAY MACIEL BASTOS
Secretário Executivo


Nelson Fernandes de M. Junior
Secretário Municipal
de Saúde

E/ Entregue em 12/09/16
Felipe Alves
OBSERVATÓRIO SOCIAL
DO BRASIL
PALMAS - TOCANTINS

Ouvیدoria do SUS – 0800 0301515 - e-mail: ouvidoria.sus@palmas.to.gov.br
Ouvیدoria Municipal – 0800 5464156 - e-mail: ouvidoria@palmas.to.gov.br

**Ofício nº 123/2016, da Associação Brasileira de Enfermagem –
Seção Tocantins, convidando para participar do Seminário
Político de Enfermagem.**



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM – SEÇÃO TOCANTINS
Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº 31.417/52 - DOU 11/09/52

OFÍCIO Nº. 123/2016

Palmas, 13 de setembro de 2016.

ISABEL FRIEDLANDER
PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE PALMAS
PALMAS-TO

Assunto: CONVITE - SEMINÁRIO POLÍTICO DE ENFERMAGEM

Ao passo que o (a) cumprimento, venho convidá-lo(a) para participar como palestrante de SEMINÁRIO POLÍTICO DE ENFERMAGEM, cuja temática *APRESENTAÇÃO DE DADOS DE PESQUISA DO CENÁRIO ATUAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE PALMAS*, a ser realizado este mês na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no dia 23 de setembro de 2016, das 14 às 18h.
Desde já agradecemos e contamos com sua presença e protagonismo neste processo.

Aguardando seu pronunciamento, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos pelo e-mail aben-to@abennacional.org.br e fone (063) 3215-3164/992833925.

Atenciosamente,



Josiane Araújo Franco
Presidente ABEN-TO
Gestão 2013-2016

101 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Lote 06, Edifício Office Center, Sala 307, Cep: 77.015-002 E-mail: aben-to@abennacional.org.br Fone/Fax: 3215-316

Ofício nº 271/2016 do Ministério Público do Estado, sobre inquérito nº 2016/7352 sobre as irregularidades no Portal da Transparência.



Anexo III Imagens

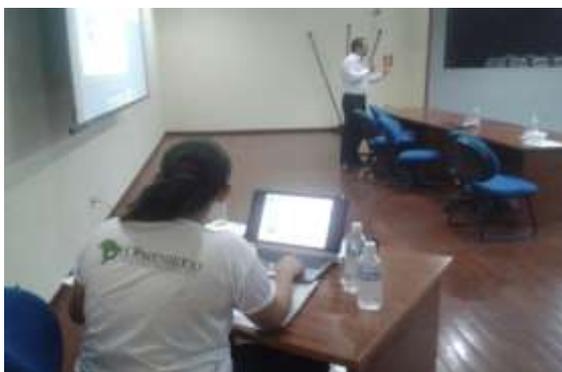
Prestação de Contas - 14/09/2016



Lançamento do Termo de Compromisso com a Transparência na Gestão Pública para candidatos à Vereador e à Prefeito.



Participação do 1º Seminário Político de Enfermagem



Blitz – Av. JK em 03/09/2016



Reunião com o Instituto Baobá, em 30/09/2016.



Anexo IV

Documentos

Termo de Compromisso com a Gestão Pública para Candidatos à Vereador – Eleição 2016.

COMPROMISSO ELEITORAL COM A SOCIEDADE DE PALMAS-TOCANTINS

Compromisso Público de Candidato a Vereador

Eu _____, brasileiro, residente na _____, portador do RG _____, e inscrito no CPF nº _____, portador do Título de Eleitor nº _____ candidato a Vereador no Município de Palmas - TO, pelo partido _____, prometo publicamente cumprir rigorosamente os compromissos listados a seguir:

1. Participar ativa e assiduamente das sessões da Câmara.
2. Fiscalizar os atos do Poder Executivo Municipal.
3. Exigir transparência na administração da Prefeitura e da Câmara Municipal. Exigir e fiscalizar as informações no Portal da Transparência da Prefeitura.
4. Convocar o Ministério Público e as autoridades constituídas para apuração de qualquer suspeita de desvio de recursos que recaia sobre membros da administração pública.
5. Analisar as contas do executivo, somente aprovando-as quando a aprovação estiver recomendada pelo Tribunal de Contas, e se obedeceram a Lei de Responsabilidade Fiscal, as regras de transparência e probidade, e não pesarem sobre elas nenhuma suspeita de irregularidades.
6. Não legislar em causa própria, promovendo a concessão de benefícios e compensações fora da capacidade do Município.
7. Não indicar/contratar parentes até terceiro grau em cargos de confiança.
8. Envidar esforços para adaptar a Lei Orgânica do Município, se for o caso, a fim de implantar a cultura do planejamento participativo e promover audiências para priorização na alocação dos recursos municipais.
9. Apoiar e/ou apresentar projeto de lei que torne curso superior requisito essencial para a investidura no cargo em comissão de assessoria parlamentar.
10. Apoiar ou, se possível for, apresentar projeto de lei que inclua na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara norma para estabelecer que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 3% (três por cento) da receita tributária

Termo de Compromisso com a Gestão Pública para Candidatos à Prefeito – Eleição 2016.



PLANO DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL PARA PALMAS/TO

COMPROMISSO ELEITORAL COM A SOCIEDADE DE

PALMAS/TO

Senhor(a) candidato(a) a Prefeito(a) Municipal de Palmas/TO

A sociedade civil organizada do Município de Palmas, composta por associações, sindicatos, empresas e cidadãos, neste ato representada pelo Observatório Social de Palmas -TO, vem, por meio deste documento, convidar os candidatos a Prefeito de Palmas a assumir um compromisso com a implantação do Plano de Transparência e Controle Social.

Os compromissos elencadas no Anexo I são considerados relevantes para o alcance da transparência e para a prevenção de irregularidades e do desperdício de recursos públicos, e objetivam colaborar com a eficiência do gasto público e dos serviços prestados à população.

As propostas e sugestões se baseiam na experiência acumulada pela Rede Observatório Social do Brasil de Controle Social à qual pertence este Observatório, e foram enriquecidas por debates entre outros Observatórios que também compõem a Rede de Observatório Social do Brasil.

Os compromissos propostos, se assumidos e colocados efetivamente em prática, em muito auxiliarão no melhor gerenciamento e acompanhamento dos atos da administração, conforme direitos do cidadão assegurados na Constituição Federal e demais leis afins, como as Lei de Acesso a Informação e a Lei de responsabilidade Fiscal.

O Observatório, no papel que assumiu de contribuir para a melhoria da gestão pública como um caminho para a construção da justiça social vem, por meio do presente, solicitar que Vossa Senhoria, pretendendo ocupar o cargo de Chefe do Executivo Municipal venha, de forma expressa, aderir a este termo, assinalando os compromissos que pretende assumir, rubricando cada página e apondo, ao final, sua assinatura neste documento. Com a referida assinatura, ficará expressa sua concordância com as ações de controle social e de eficiência na gestão nele elencadas, facilitando o acesso às informações e documentos necessários ao fiel cumprimento dos objetivos de Transparência na Gestão dos Gastos Públicos.



104 norte, Rua NE 11, esq. NS 02, LT 22, ANEXO I FECOMERCIO/ 1º Piso
77.001-22 | Palmas, TO
Email: palmas-to@osbrasil.org.br observatoriosocialpalmas@gmail.com
Telefones: 63 3014-5763

Relatório dos Postos de Saúde.



Observatório Social de Palmas divulga análise de transparência em escalas médicas na saúde municipal

Voluntários do Observatório Social de Palmas realizaram fiscalização em postos de saúde municipais na cidade de Palmas - TO, no período de 04 a 18 de agosto de 2016. O objetivo da fiscalização foi verificar se as unidades de saúde possuem escala de médicos disponibilizada em local de fácil visualização que permita ao cidadão saber quem são os médicos que deveriam estar na unidade de saúde naquele determinado dia e horário, como forma de inibir a falta de médicos e de proporcionar informações ao paciente que deseje realizar reclamação na Ouvidoria da Saúde quando constatar ausência de atendimento sem justificativas aceitáveis.

Foram fiscalizados 28 dos 43 postos de saúde da capital (dentre eles, Unidades de Pronto Atendimento e Policlínicas). Do trabalho se constatou que:

- 86% dos postos têm escala dos médicos de plantão disponibilizada e **14% não têm**;
- das escalas disponibilizadas, 64% estavam em locais de fácil visualização pela população, enquanto **32% estavam afixadas em locais de difícil acesso** e 4% não se aplicam;
- nos postos onde havia escala de médicos, a maioria das escalas era semanal (43%);
- onde havia escalas de médicos de plantão disponibilizada, foram verificadas **faltas de informações necessárias**, como nome dos médicos (em 15% das escalas), especialidade dos médicos (54%), dias da semana em que o médico atende na unidade (4%), horário do atendimento dos médicos (12,5%).

As normas que orientaram a fiscalização foram a Lei de Acesso à Informação (lei nº 12.527/2011) que garante ao cidadão o direito de acessar informações públicas, bem como a Portaria nº 1.820 de 2009, do Ministério da Saúde, que elenca:

Art. 7º Toda pessoa tem direito à informação sobre os serviços de saúde e aos diversos mecanismos de participação.

§ 1º O direito previsto no caput deste artigo, inclui a informação, com linguagem e meios de comunicação adequados, sobre:

I - o direito à saúde, o funcionamento dos serviços de saúde e sobre o SUS;

(...)

§ 2º Os órgãos de saúde deverão informar as pessoas sobre a rede SUS mediante os diversos meios de comunicação, bem como nos serviços de saúde que compõem essa rede de participação popular, em relação a:

I - endereços;

II - telefones;

III - horários de funcionamento; e

IV - ações e procedimentos disponíveis.

§ 4º As informações prestadas à população devem ser claras, para propiciar a compreensão por toda e qualquer pessoa.

Desta feita, recomenda-se à **Secretaria Municipal de Saúde** de Palmas que oriente as unidades de saúde a afixarem escalas dos médicos de plantão contendo nome dos médicos, CRM, especialidades, dias e horários da semana em que atende, disponibilizados em local de fácil visualização pela população.

**Relatório sobre a relevância dos Projetos de Lei da
Câmara de Palmas.**

**Relatório sobre avaliação dos Projetos
de Lei aprovados pela Câmara
Municipal de Palmas
Jan/2013 a Jun/2016**

**Palmas/TO
Setembro/2016**

Entre as principais funções de um vereador está a elaboração de Projetos de Lei que, em última instância, contribuam para melhorar a qualidade de vida da população local. No exercício dessa relevante missão, cabe aos vereadores suplementar a legislação federal e estadual de acordo com as necessidades do município. São eles os políticos mais próximos do povo, que conhecem os problemas dos bairros, as dificuldades enfrentadas pelas comunidades, pelas empresas, pelos produtores rurais e que, valendo-se dessa proximidade, devem legislar para melhorar a organização e o funcionamento da cidade, respeitando os limites estabelecidos pelo arcabouço jurídico maior. Em razão disso, é bastante comum que se eleja para vereador um líder comunitário, um presidente de associação de bairro, um diretor de escola, etc.

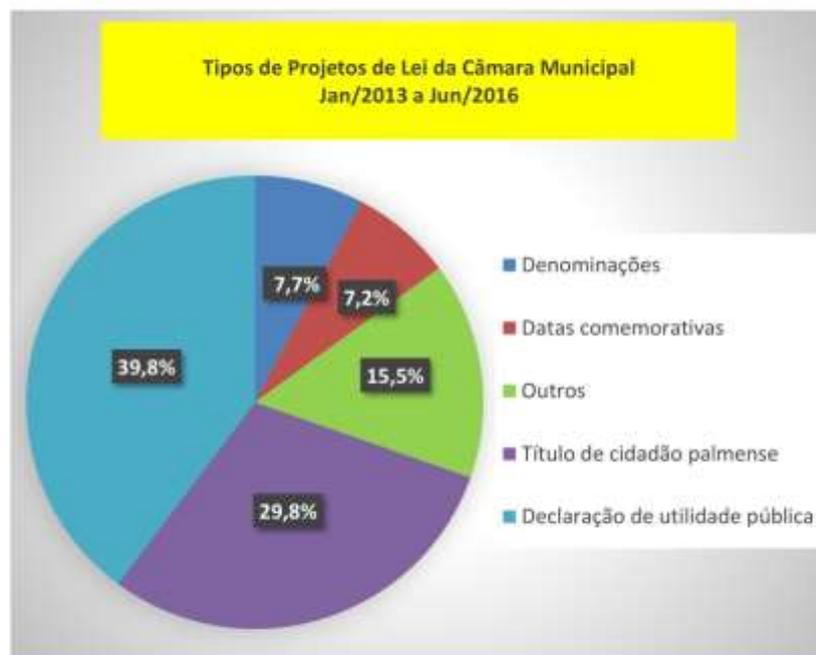
2

Nesse contexto, com o propósito de avaliar a quantidade e a finalidade dos Projetos de Lei aprovados pelos vereadores, o Observatório Social de Palmas analisou a relação dos Projetos de Lei aprovados entre janeiro de 2013 e junho de 2016 pela Câmara Municipal. Conforme Gráfico abaixo, nesse período a Casa Legislativa aprovou 181 Projetos de Lei, tendo sido o ano de 2014 o mais expressivo em termos quantitativos. Em média, cada vereador aprovou por ano cerca de dois Projetos de Lei.



É evidente que o número de Projetos de Lei não basta para avaliar a missão de legislar da Câmara, pois mais importante que a quantidade de projetos é a repercussão deles na vida dos cidadãos. Dessa forma, a fim de inferir sobre o possível impacto dos projetos aprovados no dia a dia da população, o Observatório Social classificou os Projetos de Lei em função de suas finalidades, segregando-os em cinco tipos distintos. Pela análise dos tipos de Projetos de Lei aprovados, constata-se que a grande maioria (84,5%) se refere a projetos para **declarações de utilidade pública** conferidas a entidades diversas (39,8%), **concessão de títulos de cidadão palmense** (29,8%), criação de **datas comemorativas** (7,2%) e **denominações de espaços públicos diversos** (7,7%), tais como nomes de praça, feira, parque, quadra poliesportiva, academia, unidade de saúde, etc. Entre os demais projetos, incluídos na categoria **outros**, estão aqueles projetos de lei com algum potencial de contribuir para melhorar a vida da população, representando apenas 15,5% do total.

3



Verificou-se que o número de Projetos de Lei aprovados varia consideravelmente de um ano para outro, e mais ainda entre os vereadores. Entretanto, como já ressaltado anteriormente, apenas o número de Projetos de Lei aprovados não basta para avaliar o desempenho da Casa de Leis ou mesmo o desempenho individual de um vereador, uma vez que boa parte dos projetos pouco ou nada impacta na vida do cidadão palmense. De todo modo, dado o peso das ações relacionadas à elaboração e tramitação dos Projetos de Lei no tempo de trabalho do vereador, feitas as devidas ressalvas, as estatísticas dos últimos quatro anos precisam ser consideradas.

4

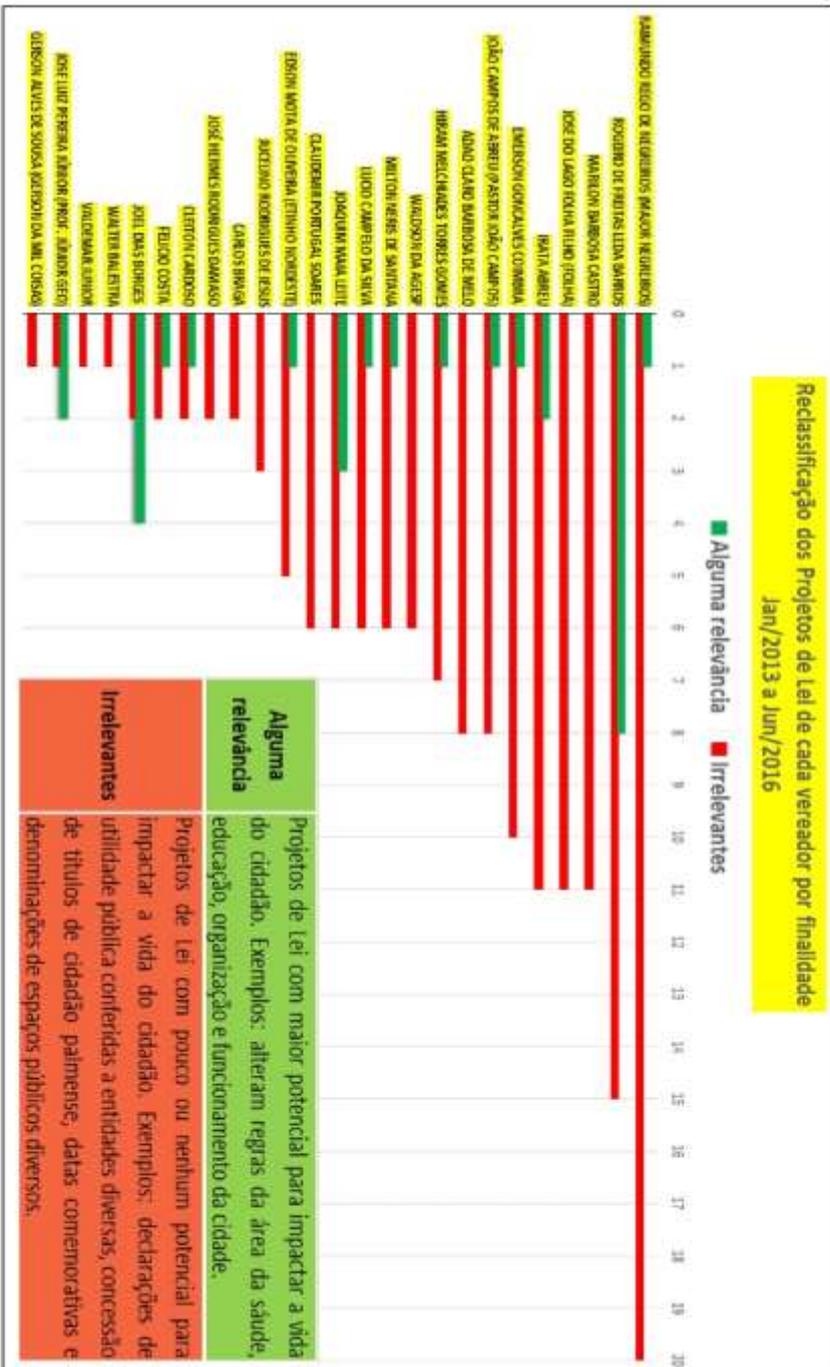
Nessa perspectiva, o Observatório Social reclassificou os Projetos de Lei aprovados em apenas duas categorias distintas em função da finalidade dos projetos. A primeira categoria, denominada **Alguma relevância**, reúne projetos com maior potencial para impactar a vida das pessoas; já a segunda categoria, denominada **Irrelevantes**, concentra os demais projetos, os quais têm pouco ou nenhum potencial para impactar a vida das pessoas, conforme detalhado no Quadro abaixo.

Classificação dos Projetos de Lei por finalidade			
	Descrição	Qtd	%
Alguma relevância	Projetos de Lei com maior potencial para impactar a vida do cidadão. Exemplos: alteram regras da área da saúde, educação, afetam a organização e/ou o funcionamento do município.	28	15,5%
Irrelevantes	Projetos de Lei com pouco ou nenhum potencial para impactar a vida do cidadão. Exemplos: declarações de utilidade pública conferidas a entidades diversas, concessão de títulos de cidadão palmense, datas comemorativas e denominações de espaços públicos diversos.	153	84,5%
Total		181	100 %

A partir dessa reclassificação, foi possível observar ao longo dos últimos quatro anos, para cada vereador, a distribuição dos Projetos de Lei entre os dois Tipos (Alguma relevância e Irrelevantes), conforme apresentado no Gráfico abaixo:



Reclassificação dos Projetos de Lei de cada vereador por finalidade
Jan/2013 a Jun/2016





Por fim, vale ressaltar que, embora seja uma atribuição de grande importância e responsabilidade, legislar não é o único trabalho do vereador. Outra função de igual importância é a fiscalização do Poder Executivo. O vereador deve utilizar do poder conferido pelo povo para fiscalizar a boa e regular aplicação dos recursos públicos, garantindo que esses recursos retornem para a sociedade em produtos e serviços que contribuam efetivamente para a melhoria das condições de vida no município.

INSTITUIÇÕES MANTENEDORAS



INSTITUIÇÕES APOIADORAS



Secretaria da
Fazenda
www.sefaz.to.gov.br



